

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS

01 Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e oito, no
02 auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, com a constituição da mesa pelo
03 Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Anízio Costa Pedreira, Presidente do
04 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, e pelo Sr. Belizário Franco Neto,
05 Secretário Executivo deste Conselho, instalou-se à 10ª Reunião Ordinária do Conselho
06 Estadual de Recursos Hídricos – CERH. Após verificado o *quorum* pelo Secretário
07 Executivo foi iniciada a reunião pelo Presidente do Conselho. O Sr. Anízio Costa Pedreira,
08 Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos cumprimentou os Conselheiros e
09 deu início à 10ª Reunião Ordinária do CERH comentando a importância dos assuntos de
10 pauta desta reunião, dentre eles o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o qual já foi
11 licitado e encontra-se em fase de contratação. Enfatizou a importância deste Plano para o
12 Estado como instrumento de planejamento, considerando que todas as atividades humanas,
13 bem como o desenvolvimento setorial estão atrelados ao uso da água. Destacou também a
14 priorização dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos de
15 interesse do Estado do Tocantins a ser discutido na reunião. Informou que a Secretaria
16 Executiva do Conselho juntamente com a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio
17 Ambiente apresentaria uma proposta de priorização de três subprogramas levando em
18 consideração a realidade e as necessidades do Estado. Disse que a proposta a ser
19 apresentada priorizava ações voltadas à organização do Sistema Estadual de Gerenciamento
20 de Recursos Hídricos, a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e a Gestão em
21 Áreas sujeitas a Eventos Hidrológicos ou Climáticos Críticos. Apontou a importância desta
22 proposta de priorização, principalmente quanto às ações voltadas à gestão de áreas sujeitas
23 a eventos hidrológicos ou climáticos críticos, uma vez que a Região Sudeste do Estado vem
24 passando por uma situação atípica de falta de água, o que vem comprometendo o
25 desenvolvimento socioambiental e econômico da região. Na oportunidade o Presidente
26 falou do Plano Estratégico que a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente está
27 prevendo para a região, com o intuito de minimizar os impactos advindos da escassez de
28 água, por meio da reservação de águas da chuva. Por último, mencionou a criação da
29 Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos e passou a palavra ao Sr.
30 Belizário Franco Neto, Secretário Executivo do Conselho, para conduzir os trabalhos. O Sr.
31 Belizário Franco Neto cumprimentou a todos e passou à leitura da pauta: (i) abertura; (ii)
32 ordem do dia: aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho, aprovação do
33 Calendário de Reuniões Ordinárias para o Ano de 2008, apresentação sobre o Plano
34 Estadual de Recursos, priorização do conjunto de atividades de interesse do Estado do
35 Tocantins contidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, criação e composição da
36 Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos; (iii) palavra livre e (iv)
37 encerramento. Após a leitura da pauta o Secretário Executivo perguntou se o Plenário
38 estava de acordo com a disposição dos itens. Não havendo manifestação contrária
39 prosseguiu a reunião com aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do CERH. Como a
40 mesma já havia sido previamente encaminhada aos Conselheiros, o Secretário Executivo
41 perguntou se algum Conselheiro tinha comentários ou alterações a fazer, deixando a
42 palavra livre. Não havendo nenhuma consideração a ser feita por parte dos Conselheiros, a

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Belizário Franco Neto", "Anízio Costa Pedreira", "Ribeiro", and "Coelho".

43 Ata foi considerada aprovada sem modificações. Dando continuidade a reunião, o
44 Secretário Executivo, Sr. Belizário Franco Neto, passou para o ponto de pauta referente à
45 aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do CERH para o ano de 2008. Informou
46 que de acordo com o Regimento Interno do CERH, as reuniões ordinárias deveriam
47 realizar-se a cada noventa dias, o que computaria quatro reuniões anuais, sendo esta a
48 primeira, portanto restariam três a realizar-se. Sendo assim, submeteu a proposta elaborada
49 pela Secretaria Executiva do Conselho ao Plenário e deixou a palavra livre para possíveis
50 manifestações. Apenas se manifestou o Sr. Ricardo Ricanato, que no momento representava
51 o conselheiro Marcelo Falcão do Instituto Natureza do Tocantins. O Sr. Ricardo Ricanato
52 solicitou a possibilidade de alteração da data da reunião prevista para o mês de novembro,
53 pois a data proposta provavelmente coincidiria com a data do Simpósio Brasileiro de
54 Recursos Hídricos. O Secretário Executivo informou que a Secretaria Executiva do
55 Conselho faria uma consulta para confirmar a data do simpósio e ocorrendo coincidência de
56 datas, proporia uma nova data para a reunião do mês de novembro. Neste sentido, a
57 proposta foi considerada aprovada. Posteriormente o Sr. Belizário Franco Neto, Secretário
58 Executivo deste Conselho, fez uma apresentação sobre o Plano Estadual de Recursos
59 Hídricos. Iniciou a apresentação ratificando a fala do Presidente quanto à importância deste
60 Plano para o planejamento das ações do Estado, uma vez que o mesmo abrange múltiplas
61 áreas do conhecimento (ciência e tecnologia, agricultura, geração de energia, dentre outros
62 usos). Destacou ainda a importância deste Conselho na construção e elaboração do Plano
63 Estadual de Recursos Hídricos, tendo em vista o disposto no Decreto nº 3.006 de 18 de
64 abril de 2007, que define como competências deste Conselho: deliberar sobre o Plano
65 Estadual de Recursos Hídricos e aprová-lo, propor medidas para o cumprimento das metas
66 propostas e acompanhar sua execução. Destacou também a importância dos Planos de
67 Recursos Hídricos como instrumento de gestão estabelecido na Política Nacional de
68 Recursos Hídricos (art. 5º, inciso I e art.8º da Lei nº 9.433/97), instrumento este
69 recepcionado pela Política Estadual de Recursos Hídricos (art. 4º, inciso I da Lei nº
70 1.307/02). Disse que o Brasil já havia cumprido seu papel ao elaborar o Plano Nacional de
71 Recursos Hídricos e estabelecer os treze programas de ações, com detalhamento completo
72 de sete, dos treze programas elaborados. Destacou ainda que o legislador ao definir o Plano
73 Estadual de Recursos Hídricos como instrumento de gestão da Política Estadual de
74 Recursos Hídricos, preocupou-se em garantir a sua implementação ao estabelecer no
75 parágrafo único de seu art. 5º as diretrizes e a previsão dos recursos financeiros para
76 elaboração e execução do Plano. Informou que a previsão de construção do PERH será de
77 dezoito meses, conseqüentemente o CERH terá dezoito meses de atividades intensas. Ainda
78 em sua apresentação, o Secretário Executivo justificou a necessidade de elaboração deste
79 plano como objetivo estratégico do Governo do Estado referente à política estadual de
80 recursos hídricos, buscando promover a disponibilidade hídrica, em termos qualitativos e
81 quantitativos, a gestão dos recursos hídricos, o controle da poluição da água, a conservação
82 e a revitalização de bacias. Desta maneira, para se alcançar este objetivo estratégico o Plano
83 Estadual de Recursos Hídricos tornou-se fundamental, pois trará metas de curto, médio e
84 longo prazo e propostas de implementação de programas estaduais e regionais, integrando
85 as políticas públicas, buscando equilíbrio entre a oferta e a demanda de água. Informou
86 também que este trabalho faz parte do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do
87 Tocantins (PDRS) financiando pelo Banco Internacional para Reconstrução e
88 Desenvolvimento (BIRD). Finalmente o grande objetivo deste Plano é assegurar as
89 disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para o seu uso racional e sustentável.

Belizário Franco Neto

Roberto

Roberto

Coram

90 Disse também que o Plano traz em seu escopo a criação da Câmara Técnica do Plano
91 Estadual de Recursos Hídricos para acompanhar toda a construção do Plano, e
92 posteriormente submetê-lo à aprovação neste Plenário. Prevê também a criação de Grupos
93 de Trabalhos Regionais para atuarem mais efetivamente junto às comunidades locais. O
94 Plano constará de três fases durante sua construção: Fase A – Diagnóstico da situação dos
95 recursos hídricos no Estado; Fase B – Prognóstico, onde será elaborado um documento de
96 planejamento que subsidiará na resolução dos problemas detectados no diagnóstico, e Fase
97 C – o Plano propriamente dito, ou seja, o Plano de Ações em Recursos Hídricos, com os
98 programas e projetos definidos, tanto a nível estadual como a nível regional, enfatizando
99 que regiões com problemas específicos como a região sudeste terá tratamento diferenciado.
100 Lembrou ainda a importância da participação da comunidade neste processo, como forma
101 de legitimar o Plano. Na verdade um plano desta envergadura deve ser apropriado tanto
102 pela sociedade como pelos demais órgãos públicos para ter validade, disse o Secretário
103 Executivo. Este Plano terá como principais resultados: a redefinição da divisão hidrográfica
104 do Estado do Tocantins; a elaboração dos programas contendo metas e estratégias de ação
105 em horizontes de curto, médio e longo prazo, contemplando a utilização dos recursos
106 hídricos e o desenvolvimento regional; o estabelecimento de diretrizes para
107 compatibilização de políticas, planos e programas governamentais com a gestão integrada
108 dos recursos hídricos e o estabelecimento de diretrizes para ajustes em projetos de
109 aproveitamento de recursos hídricos. Dentre estes produtos, a redefinição da divisão
110 hidrográfica do Estado apresenta-se como um dos mais importantes, tendo em vista que a
111 divisão da rede hidrográfica estadual foi baseada em um antigo trabalho da Embrapa e por
112 isso tornou-se obsoleto, chegando o momento de ser revisado e aprovado pelo CERH, falou
113 o Secretário Executivo. Lembrou ainda que essa redefinição hidrográfica acompanhará
114 exatamente os moldes da redefinição hidrográfica nacional, aprovada em 2003 pelo
115 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, o Sr. Belizário Franco Neto finalizou sua
116 apresentação falando que está era a proposta que a Secretaria Executiva deste Conselho,
117 juntamente com a Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos
118 e Meio Ambiente tinha para apresentar a este Plenário, e assim deixou livre a palavra para
119 manifestações e comentários sobre a proposta apresentada e sobre o arranjo institucional
120 proposto. Por fim, o Sr. Belizário Franco Neto informou que o Banco Internacional para
121 Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) além de ser o agente financiador do PERH, ainda
122 disponibilizará assistência técnica especializada para assistir a Secretaria ao longo da
123 construção do Plano, com o intuito de avaliar a qualidade dos produtos esperados e da
124 capacitação da equipe local que acompanhará a consultora na elaboração do Plano. Essa
125 assistência técnica especializada será de grande valia para o Estado, principalmente no que
126 tange a qualificação da equipe técnica local, pois somente com uma equipe qualificada e
127 estruturada o Estado terá condições de acompanhar e implementar o Plano enfatizou o
128 Secretário Executivo. Não havendo nenhuma manifestação, o Secretário Executivo
129 continuou os trabalhos, passando para o próximo ponto de pauta, a priorização dos
130 programas e subprogramas do PNRH de interesse para o Estado do Tocantins. Novamente
131 o Sr. Belizário Franco Neto falou do PNRH, explicando que o mesmo foi estruturado em
132 treze programas de ação, onde sete já haviam sido detalhados, assim gerando trinta
133 subprogramas de ação. Nesse sentido o Governo Federal vem buscando alocar recursos
134 para implementar alguns destes subprogramas e por isso solicitou a todos órgãos colegiados
135 (Conselhos Estaduais e Comitês de Bacias Hidrográficas) de recursos hídricos do País que
136 definissem e aprovassem em plenário três subprogramas prioritários dentre os programas já

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a signature that appears to be 'R.H.' followed by another signature. In the center, there is a large, stylized signature that looks like 'Lucas'. To the right of this, there is a signature that reads 'Ouzi'. At the bottom center, there is a signature that reads 'R.S. Borges'. On the far right, there is a signature that reads 'Corambell'.

137 detalhados. Diante desta solicitação a Secretaria Executiva do Conselho, após algumas
138 recomendações feitas pelo Presidente, elaborou uma proposta de priorização a ser
139 submetida a este Plenário. Impossibilitado de continuar a discussão da proposta de
140 priorização devido a problemas de ordem técnica nos aparelhos de informática, o Secretário
141 Executivo, propôs a discussão da criação da Câmara Técnica do Plano Estadual de
142 Recursos Hídricos. Proposta aceita pelo Presidente e pelo Plenário. Então, o Secretário
143 Executivo informou que a proposta era criar uma Câmara Técnica Permanente, com o
144 objetivo de acompanhar passo a passo à elaboração do PERH até a sua aprovação no
145 Plenário do Conselho. Depois de apresentada a proposta de criação da CTPERH foi aberta
146 à palavra para considerações. Não havendo manifestações por parte dos Conselheiros foi
147 colocada em votação a criação da mesma, a qual foi aprovada por unanimidade. Após a
148 criação da CTPERH passou para sua composição. Neste momento, o Secretário Executivo
149 lembrou que conforme disposto no Regimento Interno do Conselho duas vagas são
150 destinadas aos órgãos gestores de recursos hídricos no Estado, portanto os representantes da
151 SRHMA e do Naturatins são membros natos, restando apenas três vagas a serem
152 preenchidas pelas demais instituições que compõem o Conselho, lembrou ainda que o
153 número máximo de componentes em cada Câmara Técnica é cinco. Manifestaram interesse
154 em compor a CTPERH os Conselheiros representantes da Secretaria do Planejamento,
155 Secretaria de Saúde, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Companhia de
156 Saneamento do Tocantins e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins. Como
157 as manifestações de interesse excederam o número de vagas disponíveis, foi então feita
158 uma votação, que resultou no preenchimento das demais vagas pelos representantes da
159 Saneatins eleito com 12 votos, Seagro eleito com 11 votos e Celtins eleito com 10 votos.
160 Após a votação e já com os problemas técnicos de informática resolvidos foi retomada a
161 discussão da proposta de priorização dos programas e subprogramas do PNRH. O
162 Secretário Executivo apresentou a proposta de priorização elaborada pela Secretaria
163 Executiva, a qual destacou como prioridades de interesse para o Estado o Subprograma II –
164 Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos
165 (SEGRHs) referente ao Programa II – Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada
166 de Recursos Hídricos no Brasil, o Subprograma IV – Metodologias e Sistemas de Outorga
167 de Direitos de Uso de Recursos Hídricos referente ao Programa III – Desenvolvimento e
168 Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Subprograma I –
169 Gestão em Áreas sujeitas a Eventos Hidrológicos ou Climáticos Críticos referente ao
170 Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Após discorrer
171 brevemente sobre cada subprograma apresentado o Secretário Executivo passou para
172 discussão e votação da proposta apresentada. Logo, o conselheiro Joaquim Guedes
173 (Celtins) manifestou interesse na priorização do Programa VIII – Programa Nacional de
174 Água Subterrânea, demonstrando sua preocupação em relação ao Aquífero Urucuiá.
175 Posteriormente, a conselheira Maria Antônia (ADTUR) questionou a possibilidade de
176 revisão e readequação da estrutura dos Programas e Subprogramas do PNRH. O Secretário
177 Executivo explicou que não havia esta possibilidade. Fez uso da palavra também o
178 conselheiro Silvestre da Nóbrega (Comunidade Científica) parabenizando a Secretaria
179 Executiva do Conselho pela proposta de priorização apresentada, uma vez que os
180 subprogramas priorizados retratam as reais necessidades do Estado. Destacou também a
181 necessidade da estruturação conjunta do Sistema Estadual de Recursos Hídricos com o
182 Sistema Estadual de Meio Ambiente e a elaboração de um organograma especificando as
183 competências de cada instituição dentro do sistema. Enfatizou ainda a importância da

PHH
Amorim
Joaquim Guedes
ADTUR
RDB Borges
Corambé

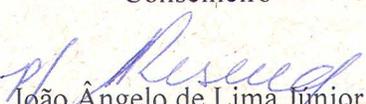
184 gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos e climáticos críticos ser desenvolvida em
185 conjunto com a gestão do uso e ocupação do solo. Por fim, fez uso da palavra o conselheiro
186 José de Assis Carolino (Seagro) que destacou a importância da priorização do Subprograma
187 V – Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso
188 referente ao Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão
189 de Recursos Hídricos, e também do Subprograma V – Conservação de solos e água –
190 manejo de microbacias no meio rural referente ao Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão
191 Integrada de Recursos Hídricos. Depois de feitas as considerações dos Conselheiros, o
192 Secretário Executivo explicou que este exercício de priorização aconteceria anualmente e
193 que, portanto os programas não contemplados nesta primeira priorização, poderiam em
194 outro momento ser priorizado como de interesse do Estado, bem como os demais
195 programas que ainda serão detalhados pelo Governo Federal ao longo do ano de 2008.
196 Neste momento pôs em votação a proposta, e não havendo manifestações contrárias, a mesa
197 considerou aprovada a proposta de priorização dos Programas e Subprogramas de interesse
198 do Estado do Tocantins referente ao PNRH apresentada pela Secretaria Executiva do
199 Conselho. Então, o Presidente do CERH encerrou a reunião pedindo apoio a todos nos
200 cuidados com o Aquífero Urucuaia, por ser uma importante fonte de água subterrânea para o
201 Estado. Assim sendo, eu, Belizário Franco Neto, Secretário Executivo do CERH, lavrei a
202 presente ATA, que uma vez aprovada pelo plenário do CERH, será assinada por mim, pelo
203 Presidente do Conselho e demais conselheiros.

Anízio Costa Pedreira
Presidente

Belizário Franco Neto
Secretário-Executivo

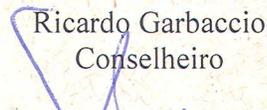
Joaquim Guedes Coelho Filho
Conselheiro

José de Assis Carolino
Conselheiro


João Ângelo de Lima Júnior
Conselheiro

José Ribamar Rocha Costa
Conselheiro

Denisse Maria Ribeiro de Góis Souza
Conselheira

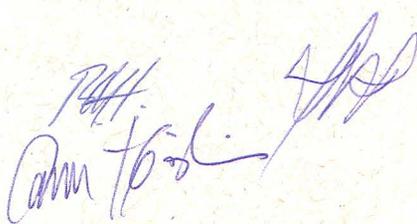

Ricardo Garbaccio
Conselheiro

José Anunciação Batista Filho
Conselheiro

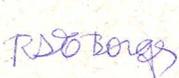

Sérgio Luís de Oliveira Silva
Conselheiro

Maria Antônia Valadares de Souza
Conselheira

Silvestre Lopes da Nóbrega
Conselheiro








Gabriela Coelho Pedreira
Conselheira

Daniel Ribeiro da Silva
Conselheiro

Almir Brito Mota
Conselheiro

Juliane Debetio
Conselheira

Antônio dos Santos Silveira
Conselheiro

